A Constituição de 1988 e as Perspectivas Políticas do Brasil

Simon Schwartzman

Entrevista à *Revista Rumos do Desenvolvimento*, 1989

Rumos - Até que ponto o senhor diria que, em comparação com as anteriores, a nova Constituição Federal constitui um real avanço no aperfeiçoamento da organização do Estado, no Brasil?

Schwartzman - Esta Constituição assemelha-se um pouco a uma colcha de retalhos. Em alguns aspectos, é um avanço; em outros, nem tanto. É avanço, por exemplo, na área de certos direitos sociais, que podem contribuir para corrigir um pouco as grandes desigualdades sociais que existem no país.

Lembro a famosa licença-paternidade. É uma medida que tem um custo mínimo e que reconhece que o pai, afinal de contas, tem alguma coisa a ver com o filho que nasce. Isto provocou uma reação negativa e desproporcional. A Constituição, neste e em outros pontos, rompeu preconceitos, ampliou direitos e garantiu coisas que as sociedades modernas podem e devem ter, sem grandes custos. Outras questões, como a dos novos direitos de aposentadoria, podem custar muito, e por isto são mais complicadas. A Constituição também é um avanço no que toca à diminuição do poder imperial do governo central, redistribuindo-o aos Estados e Municípios e fortalecendo o Congresso Nacional, assim como o poder Judiciário. Hoje sabemos todos que Brasília é incapaz de governar um país com esta complexidade e tamanho. Nas áreas econômica e financeira, ainda há capacidade de controlar alguns mecanismos muito amplos; mas, nas áreas de política social, de saúde, habitacional, educacional, fundiária, indigenista, urbana e tantas outras, o mais que o governo central sabe fazer é distribuir dinheiro, frequentemente por critérios obscuros. O que vai acontecer quando começarmos a desmontar tudo isto, devolvendo atribuições aos Estados e Municípios? Será necessário um novo aprendizado, e alguns Estados, certamente os mais desenvolvidos, serão muito mais capazes de assumir suas novas funções do que outros. Um risco inesperado da descentralização poderá ser, por isto, o aumento das desigualdades regionais.

Quanto aos aspectos mais problemáticos da nova Constituição, creio que o principal deles talvez seja a ilusão legalista, a idéia de que se pode criar a realidade pela simples via do dispositivo legal e da afirmação de direitos. É o caso do salário mínimo, dos juros de 12%, do direito generalizado à educação pública e gratuita e assim por diante. A Constituição, em

função do processo pela qual foi feita, acabou se transformando em um depositário de um conjunto muito grande de interesses setoriais. Daí a colcha de retalhos.

É muito difícil dizer o que vai ocorrer com todos estes dispositivos. A experiência brasileira mostra que há leis que pegam e leis que não pegam. Existem dispositivos legais que adquirem realidade; outros, não. É possível prever que o Judiciário será inundado, no futuro próximo, por mandatos de todo o tipo, que terá muita dificuldade em processar.

Rumos - o senhor diria que matérias como a licença-paternidade, por exemplo, são constitucionais?

Schwartzman - Não é muito fácil dizer o que seja ou não matéria constitucional. Eu certamente preferiria uma Constituição mais enxuta, que cuidasse basicamente da relação entre os poderes, das garantias e limites dos direitos fundamentais da pessoa, da autoridade e responsabilidade do Estado e que deixasse a maior parte das demais questões para a legislação ordinária. A Constituição saiu assim pela forma com que foi feita, aberta à manifestação constante dos grupos de interesse atuantes no Congresso e fora dele. Na medida do possível, foram sendo acomodados todos os interesses, e por isto ela saiu grande, desengonçada e cheia de contradições. Isto será decantado pela prática política, administrativa e jurídica dos próximos anos e existe a previsão de uma revisão constitucional para 1993. Não acredito que a Constituição, nela mesma, tenha tornado o país ingovernável, como foi alardeado. Temos problemas políticos sérios, mas eles decorrem menos da nova Constituição do que da deterioração do poder Executivo.

Em última análise, o texto legal, por si mesmo, não vai fazer a felicidade nem a tristeza do Brasil. Nosso problema é como este país vai conseguir organizar-se e enfrentar a crise econômica que está vivendo, superá-la e modernizar-se para o próximo século. Não acho que a nova Constituição seja o maior empecilho para isto, mas tampouco detém a chave do futuro. Foram colocadas demasiadas esperanças na Constituinte, e agora temo que se coloquem também esperanças demais na próxima eleição presidencial.

Rumos - E quanto ao peso do corporativismo no processo de elaboração da nova Constituição?

Schwartzman - O fato de a sociedade se organizar em grupos de interesse não é um mal, mas na realidade um dos ingredientes importantes de qualquer ordem democrática, que já começamos a ter. É importante que existam sindicatos, sociedades profissionais e científicas, associações de moradores, entidades industriais, e assim por diante, e que elas lutem por seus interesses. O outro ingrediente, que ainda nos falta bastante, é que os diversos setores aprendam a dialogar entre si e tenham uma perspectiva do conjunto, e não só de seus interesses particulares. É quando as pessoas sentam em volta de uma mesa e dizem: nós temos aqui cem milhões. Como vamos dividir entre nós? Então, não se pode dar cem milhões para

cada um, porque a soma será maior do que o todo. A constituinte sofreu este processo, e a soma de tudo o que está lá é certamente maior do que o bolo. Teremos pela frente situações muito complicadas, como a crise da previdência social, que já se tornou óbvia na área do atendimento médico, e vai estender-se às áreas de pensão e de aposentadoria. É evidente que o Brasil não tem condições de financiar de forma adequada um sistema previdenciário como este, alardeado como um "dos mais avançados do mundo", mas feito numa época em que os contribuintes eram muitos e os beneficiados, que morriam jovens, muito poucos, mas completamente irrealista para a realidade dos próximos anos. Na medida em que se cria um processo permanente de negociação, como ocorreu na fase final da Constituinte, as pessoas começam a tomar a realidade em consideração e aprendem a negociar, ceder, barganhar. Pode ser que cheguemos, por este processo, a uma legislação de previdência mais adequada factível.

Rumos - De que forma analisa o atual momento, e como vislumbra saídas para os impasses que estamos vivendo?

Schwartzman - Uma parte importante de nossos problemas atuais se relaciona com o estabelecimento de uma ordem democrática que seja efetivamente governável, ou seja, que permita a condução de políticas econômicas e sociais de longo prazo. Passamos por uma longa experiência autoritária, que evidenciou os limites desta forma de governo. O conceito de democracia que se difundiu depois, em boa parte como reação ao autoritarismo, tem alguns componentes que julgo danosos.

O primeiro é a noção de que no regime democrático cada grupo pode fazer prevalecer seus interesses e controlar o pedaço da sociedade e do Estado que lhe convenha, sem tomar em conta sua inserção em um todo mais amplo. Qualquer sociedade moderna necessita de grupos organizados, e isto já temos: o que falta, agora, é que eles aprendam a conviver entre si. Não se trata de buscar a harmonia entre todos, que nunca existe, mas pelo menos um conjunto aceitável e não destrutivo de regras do jogo e de negociação, o que ainda não aprendemos.

O outro componente equivocado é o conceito do que deve ser a política em um regime democrático. No Brasil, surgiu uma oposição perniciosa entre o que seja "político" e o que que seja "técnico". Primeiro, tínhamos a mentalidade tecnocrática, quando setores e grupos se grupos se arvoravam em donos da verdade e tratavam de impor suas ideias ao resto da sociedade. Agora, temos o político que reduz tudo ao jogo de interesses e conveniências, conveniências, muitas vezes em nome de mandatos populares, e rejeita qualquer papel ao ao conhecimento técnico e especializado, ao trabalho profissional. Com isto, o Estado perde perde sua capacidade de ação, seus recursos financeiros e institucionais são dilapidados pelo dilapidados pelo empreguismo e as conveniências de curto prazo, tendo como resultado final resultado final a ingovernabilidade.

Um outro conceito equivocado é o que toma a noção de democracia como significando, simplesmente, o governo das maiorias, sem pensar nos outros ingredientes sem a qual a ordem democrática não pode existir. O que garante a democracia não é simplesmente a existência de um governo sancionado pela maioria, mas a existência de instituições democráticas: um sistema Judiciário bem constituído e independente, um sistema partidário bem estruturado, um Congresso participante e competente, um Executivo bem constituído e responsável, e assim por diante. São estas instituições que dão arcabouço à ordem democrática, que deve ser revigorada, legitimada e ajustada por processos eleitorais periódicos. Ter apenas os processos eleitorais, sem um Executivo satisfatório, um Legislativo competente e um Judiciário eficiente não adianta muito. E existe sempre o risco de que os processos eleitorais destruam o arcabouço da democracia. Hitler subiu ao poder por eleições, e Perón ganhou todas eleições a que concorreu.

Para mim, o problema fundamental da ordem democrática brasileira é o da constituição deste arcabouço, e ele não se estabelece pela via legal, mas na prática do dia a dia. Na sua ausência, teremos sempre o risco da recaída a regimes autoritários, ou de entrar no plano inclinado da desorganização e empobrecimento progressivo da sociedade, ou de ambos, como tem ocorrido em tantos países do terceiro mundo. A possibilidade de um processo como este no Brasil é bastante real, principalmente se vista na perspectiva dos últimos anos. Mas acredito que tenhamos vitalidade para resistir a isto. Nossos problemas estruturais não são insolúveis, e temos gente com competência e capacidade para entender o que está acontecendo e buscar soluções.

Rumos - Parece haver hoje no Brasil uma situação de grande descrédito em relação à atividade política; como o senhor vê esta questão?

Schwartzman - Acho que isto ocorre de fato, e é uma questão grave que decorre, em parte, da quase completa dissociação entre política e competência que ocorreu entre nós, à qual já me referi. Por outra parte, é sempre bom lembrar que a vitalidade de regime político democrático não é uma simples função da opinião pública, tipo Ibope. Vejamos por exemplo as recentes eleições norte-americanas, onde houve cinquenta por cento de abstenção. Perguntemos ao americano médio se ele acredita muito em política, e ele vai dizer que não. O que dá vitalidade ao sistema político norte-americano é um sistema partidário vigoroso, capaz de organizar a vontade popular e os interesses da sociedade, levar as imagens dos políticos ao público, e selecionar os eleitos de uma forma que a sociedade considera aceitável. O quadro político brasileiro pode se apresentar agora como complicado e sem perspectivas, mas não é impossível que, nos próximos meses, possamos chegar a uma eleição presidencial com um conjunto de alianças políticas bem constituídas por forças sociais significativas, capazes de capazes de viabilizar duas ou três candidaturas capazes de, uma vez empossadas e dotadas de

um mandato político claro e de uma base de sustentação adequada, tomar as medidas capazes e ir começando a colocar nossa casa em ordem.

Outros cenários, no entanto, são possíveis. Podemos chegar a uma situação em que a eleição se polarize entre dois populistas históricos, sem nenhuma estrutura política por trás, de forma estritamente demagógica, com resultados que podem oscilar da dilapidação acelerada do patrimônio público ao fascismo, ou mais provavelmente a ambos ao mesmo tempo. O Brasil precisa com urgência ir aprendendo a estabelecer coalisões políticas amplas e significativas, que possam viabilizar candidatos que sejam capazes, uma vez eleitos, de governar com competência e assumir a responsabilidade de decisões que possam contrariar interesses setoriais, em benefício de políticas de médio e longo prazo.

O que torna o atual momento particularmente difícil é que qualquer política de longo prazo implica em contrariar interesses estabelecidos, e já não é mais possível continuar adiando os problemas pela emissão de dinheiro ou por empréstimos estrangeiros de baixo custo. Não precisamos para isto de um governo ditatorial, como o do Chile, que realizou grandes ajustes na economia do país, mas a um custo social e político extremamente elevado. Um exemplo oposto, de que é possível fazer grandes mudanças na ordem democrática, é o caso clássico de De Gaulle, na França. De Gaulle chegou ao poder em um período de grande crise política, com uma guerra interminável na Argélia. Foi eleito com o apoio dos que queriam continuar a guerra, mas resolveu acabar com ela, reorganizar o regime político, fortalecer o Executivo, e assim por diante. Veja, mais recentemente, a França de Mitterrand. Eleito pela esquerda, com o apoio dos sindicatos, foi levado mais tarde à conclusão de que a modernização do país requeria a eliminação de certos setores obsoletos da economia, e fez isto contrariando os interesses imediatos de uma parte significativa de seus próprios eleitores. O governo inglês atual, conservador, enfrenta interesses organizados do serviço público em uma campanha sem precedentes de privatização, e o faz a partir de um mandato político conseguido pela via eleitoral.

Estes exemplos mostram que autoridade política e democracia não são coisas antagônicas, mas que podem e devem coexistir. Estou convencido de que o Brasil necessita de um Executivo dotado de um mandato político democrático, capaz de tomar decisões desagradáveis a aguentar as consequências. Governos autoritários podem ser eficientes por curtos períodos, mas tendem a se deteriorar com rapidez. A meu ver, o Brasil não precisa de uma receita não democrática, mas sim do reestabelecimento da autoridade pública dentro da ordem democrática, em todos os níveis.

Rumos - E como se restaura, efetivamente, o princípio da autoridade?

Schwartzman - A forma ideal de restaurar a autoridade pública é através do mandato político, da liderança política. O jogo democrático não é de cartas marcadas, ele pode não dar certo,

principalmente em um país como o nosso. Pensemos, por contraste, em um país pequeno e homogêneo, como a Holanda. em época de eleição. Para começar, os candidatos já foram depurados por sistemas partidários bem constituídos. Depois, independentemente do que aconteça, os órgãos públicos são fortemente profissionalizados, e não mudam ao sabor das eleições. A composição do Parlamento pode variar, mas os ocupantes de cargos no serviço público, funcionários de carreira, não são demitidos pelos novos governos, nem nomeados por critérios estritos de lealdade partidária. Sociedades como estas têm, portanto, mecanismos de defesa contra mudanças bruscas, e muitas vezes este é seu problema. Nossa situação é inversa. Temos uma administração caótica, com alguns poucos redutos de competência e competência e responsabilidade profissional, que estão sempre sob o assédio dos interesses interesses políticos partidários.

A criação de um serviço público mais profissionalizado e competente depende em parte de existirem pessoas competentes e instituições educacionais que as forneçam; e, em parte, de que a atividade pública seja considerada interessante e digna, e atraia as pessoas mais competentes e dedicadas. Em boa parte, trata-se de uma questão ética, de espírito público e moralidade, e aqui, novamente, a existência de uma liderança política respeitável e imbuída de senso de responsabilidade, capaz de dar exemplo e inspirar comportamentos, é da maior importância. São virtudes aparentemente antiquadas, mas que nos fazem grande falta.

Rumos - De que forma o recém-lançado pacto social pode contribuir para o aprimoramento democrático?

Schwartzman - O pacto social está sendo uma experiência muito interessante, principalmente porque não foram colocadas metas muito ambiciosas. O que se pretendeu fazer, de início, foi quase exatamente o que estava mesmo por acontecer. Se, no primeiro período, for possível atingir metas modestas, será possível mais adiante estabelecer objetivos mais ambiciosos. O mais importante de tudo isto é o aprendizado, o fato de que grupos sociais com interesses diferentes sentem-se para conversar e negociar, e façam concessões e acomodações, tendo em vista os interesses comuns, no caso a redução da inflação e a eventual retomada do desenvolvimento econômico.

Acho importante que se dê um crédito de confiança inicial a iniciativas como esta. Muitos disseram, desde o início, que este pacto não levaria a nada, que era uma simples tapeação, escondendo interesses ocultos ligados a grandes negociatas de conversão da dívida. Independentemente de que tenha ou não havido má fé de algumas pessoas, o fato é que uma atitude negativa desde o início acaba impedindo que qualquer coisa seja feita. Existe uma base real para que o pacto se desenvolva, que é o fato de que todos perdem, uns mais e outros menos, com uma inflação de cerca de 30% ao mês, e por isto mesmo todos podem ganhar com um acordo bem feito. A plausibilidade do pacto torna-se ainda maior quando notamos que o líder sindical não vem para a discussão sozinho com suas reivindicações, mas

assessorado por uma instituição de respeitabilidade indiscutível, no caso o DIEESE. O DIEESE olha as coisas do ponto de vista dos sindicatos, mas ninguém vai dizer que Válter Barelli está tapeando. É confiável, é sério. Ele sabe qual é a inflação, qual é o custo de vida, quando ganha e quanto precisa ganhar o trabalhador, o que é razoável e possível conseguir, e conseguir, e o que ainda não é. O outro lado também tem seus conhecimentos específicos, um específicos, um é capaz de entender o ponto de vista e os interesses do outro, e isto permite permite chegar-se a um entendimento, a um denominador comum.

Rumos - O senhor diria que o pacto, em face da crise brasileira, é um processo novo em relação a medidas da natureza, por exemplo, do Plano Cruzado?

Schwartzman - O Plano Cruzado foi uma oportunidade única, realizado por uma equipe altamente competente em um momento em que o governo ainda gozava de um importante capital de legitimidade política, e que o Plano aumentou enormemente. Infelizmente, ele foi posto a perder por falta de coragem política e, com isto, a legitimidade do Executivo não mais se recuperou. Agora o sistema econômico já conhece a lógica de planos de congelamento como este, e se protege de antemão, com aumentos de preços preventivos e exagerados, que terminam por atiçar a inflação ainda mais. O que o pacto pode fazer, quem sabe, é restaurar a respeitabilidade da política econômica, passando a liderança de sua condução das mãos de um Executivo debilitado para a sociedade organizada.

Rumos - O senhor já disse que as eleições presidenciais, por si só, não vão resolver os problemas do Brasil. Qual a sua análise da questão?

Schwartzman - É claro que as eleições não resolvem, mas podem ser importantes para abrir novas perspectivas. Em um ano teremos um governo eleito, com um mandato respaldado com mais de 50% dos votos, graças ao sistema de dois turnos. E, se tivermos sorte, será um governo competente e bem intencionado. A questão crucial, então, é a de saber se nossos problemas estruturais - dívida externa e interna, baixo nível educacional da população, hipertrofia urbana, e assim por diante - não são tão grandes que escapem às melhores intenções e às melhores competências. Eu não teria como demonstrar isto aqui, mas não acredito que se trate de um caso terminal. Muito dependerá, no entanto, de que tenhamos um governo dotado não somente de legitimidade e apoio político, mas também de instrumentos administrativos eficazes para a ação.

Rumos - Como o senhor vê, neste contexto, a questão da privatização?

Schwartzman - O movimento no sentido da redução da máquina estatal pela privatização de muitas de suas funções tem sido alimentado por duas coisas principais. Em primeiro lugar, há um clima generalizado de desconfiança em relação ao Estado em todos os países mais importantes no mundo, de Margareth Tatcher a Mikhail Gorbachev, e isto não teria como não repercutir no Brasil. Tanto nos países socialistas como, por razões diversas, nas democracias

ocidentais, o Estado cresceu demais, ficou demasiado caro e demasiado pesado para assumir novas tarefas e novos desafios. Daí a busca de descentralização, autonomização e introdução de mecanismos de competitividade. O Estado brasileiro, por sua parte, se nunca atingiu as dimensões dos grandes "welfare states" ou dos Estados socialistas, tem uma longa história de desperdício, ineficiência, e impunidade, que alimenta a tendência à privatização. Acho importante ressaltar que, deixando de lado os subsídios e o serviço das dívidas, o Estado Estado brasileiro não é desproporcionalmente grande, e o país necessita, mais do que nunca, nunca, de um governo que seja capaz de conduzir de maneira adequada políticas de longo longo prazo na área econômico-financeira e, sobretudo, na área educacional, científico-científico-tecnológica, habitacional, de saúde e ambiental. Na medida em que a tendência à tendência à privatização conseguir enxugar o Estado de seus excessos, torná-lo mais suscetível a controles externos sobre seu desempenho, e abrir mais espaço à criatividade e à criatividade e à iniciativa privada, ela será sem dúvida benéfica. Na medida, no entanto, em entanto, em que ela impeça o Estado de conduzir políticas adequadas na área econômica, econômica, social, educacional e científico-tecnológica, ela será danosa. É ilusório achar que, achar que, castrando o Estado e abrindo as portas do país ao livre jogo dos interesses econômicos internacionais - que é como muitos dos defensores da privatização pensam - o pensam - o país, em um passe de mágica, melhoraria.

Rumos - quando o senhor faz o retrospecto da vida brasileira, vislumbra algum momento em que o Brasil, realmente, estivesse próximo de um processo democrático autêntico?

Schwartzman - O que é um processo democrático autêntico? Tivemos, sem dúvida, períodos mais democráticos do que outros, como de 1945 a 1964, no período da constituinte de 1934, ou na República Velha. Sempre foram democracias limitadas, mas com o funcionamento livre de partidos políticos, mecanismos de alternância do poder, e processos eleitorais funcionando mais ou menos precariamente.

Rumos - sempre desembocando, porém, numa crise que traz, em seu bojo, o autoritarismo?

Schwartzman - É verdade, sempre levando a uma crise deste tipo.

Rumos - E este risco continua?

Schwartzman - Continua, sim, e ele ocorre geralmente em situações de crise econômica e social. Olhando para trás, o que vemos é que o Brasil nunca conseguiu ter regimes democráticos suficientemente estabelecidos para conduzir políticas que contrariem interesses. É como se a democracia fosse compatível com regimes de prosperidade, onde todos ganham de alguma forma, mas não com regimes de depressão e crise econômica. O que é peculiar agora é que nosso atual regime democrático foi estabelecido ao final de um longo ciclo de prosperidade, e tem convivido com a estagnação.

Rumos - Então a democracia, no Brasil, é fundamentalmente uma questão de fundo, e não de forma, como por exemplo a de adotar ou não o parlamentarismo?

Schwartzman - De fato, a forma é secundária, mas não é irrelevante. Participei muito de discussões a respeito do parlamentarismo, e acabei convencido de que era uma tese interessante. O Congresso, com todas suas dificuldades e deficiências, é ainda o lugar que oferece mais condições para negociações políticas que resultem em uma expressão adequada e representativa da média do país, e está mais imune ao populismo. No regime parlamentarista, a duração dos governos corresponde em geral ao tempo de acerto de sua atuação, deixando de ser uma questão de calendário fixo.

Rumos - Mesmo numa situação, como a brasileira, em que as instituições políticas não são fortes, nem bem estruturadas, o parlamentarismo seria uma solução adequada?

Schwartzman - Ele certamente não seria pior do que o presidencialismo que já conhecemos. Além do mais, na medida em que se fortalece o parlamento, atrai-se para ele gente mais séria e competente. No sistema parlamentarista, ao invés de todas as fichas serem postas na eleição presidencial, elas são jogadas na eleição de deputados e senadores. Por pior que seja o Congresso, o risco é mais diluído, e sempre pode ser corrigido pela formação de novos gabinetes, ou pela convocação de novas eleições parlamentares.

Rumos - no Brasil, o grande promotor do desenvolvimento sempre foi o Estado, através de seus fundos de financiamento. Este processo, hoje, ainda se sustentaria?

Schwartzman - Quanto do desenvolvimento foi feito por iniciativa pública, e quanto pela iniciativa privada? O papel do Estado sempre foi muito importante, acumulando e cedendo capital, contratando obras e serviços de infraestrutura, organizando suas próprias empresas. O governo terá que continuar a investir em áreas estratégicas e de grande importância socioeconômica, que não podem ser deixadas ao livre sabor da iniciativa privada. Estamos nos aproximando, aparentemente, de uma séria crise energética, por exemplo, que requer uma ação programada e intensa para o futuro. Se isto vai ser feito por empresas estatais, ou por firmas contratadas, me parece sobretudo uma questão de oportunidade e conveniência em cada caso, já que, em situações de monopólio, nada garante que empresas privadas sejam melhores ou mais eficientes do que as públicas. Mas é claro que o governo tem um papel muito importante, e que se tornará cada vez mais significativo na medida em que a economia cresça, em viabilizar o investimento privado, nacional e internacional, que hoje se encontra quase que excluído do país. Isto requer uma política monetária e fiscal adequada e uma política social condizente, com investimentos em educação e saúde.

Rumos - A nova Constituição não dificultou a entrada do capital estrangeiro?

Schwartzman - De fato, alguns dispositivos da Constituição lembram um certo nacionalismo da década de 50, uma visão um pouco paranoica em relação ao capital estrangeiro. Agora, não

acho que, por causa disto, o capital estrangeiro deixe de vir ao Brasil. A maneira de tratar o capital estrangeiro não é escancarar a porta do país e dizer: Venha, pode entrar e fazer o que quiser. Havendo regras claras e possibilidades de ganhos reais e estáveis, o capital estrangeiro virá, dentro dos limites e das regras que o país estabelecer. Pode-se ter normas bastante exigentes e exigir uma série de contrapartidas significativas, como por exemplo a abertura de pacotes tecnológicos. Em troca, há que dar confiança, estabilidade, previsibilidade, seriedade. O que afasta o capital estrangeiro é, sobretudo, a situação de absoluta imprevisibilidade e descontrole financeiro em que nos encontramos.

Rumos - qual seria o melhor papel a ser seguido pelo Estado, no Brasil?

Schwartzman - O setor público tem algumas funções básicas a desempenhar. Há uma série de necessidades sociais fundamentais a atender, como a educação e saúde. É necessário manter e ampliar a estrutura de transportes e telecomunicações. Deve-se pensar a longo prazo sobre o que vai ocorrer com a energia e com o meio ambiente, que caminha para uma situação cada vez mais dramática. É necessário implantar um clima de confiança que permita às pessoas trabalhar e pensar no futuro, o que hoje é totalmente impossível. Quando não se consegue pensar no ano que vem, começa a busca desesperada de colocar mais alguma coisa no bolso agora mesmo, seja como for, e o tecido moral da sociedade se desfaz. É o mal de uma sociedade sem estabilidade e perspectivas a longo prazo. É isto, então, que o Estado deveria fazer.

Rumos - qual o principal desafio do Brasil, hoje, no que se refere ao futuro de seu desenvolvimento?

Schwartzman - temos uma dificuldade importante, neste momento, que é a de como introduzir o Brasil numa realidade internacional caracterizada pelo uso de tecnologias avançadas, de uma indústria extremamente sofisticada e de alta competitividade. Trata-se, enfim, da questão da incorporação do Brasil ao mundo moderno.

Nosso desenvolvimento econômico até recentemente se baseou em grande parte em atividades que dependem do uso extensivo da terra, da mão de obra barata e não qualificada, e qualificada, e de tecnologias produtivas relativamente simples. Foi, predominantemente, um predominantemente, um desenvolvimento voltado para dentro do próprio país, com um setor um setor externo relativamente reduzido. Esta situação dificilmente poderá ser mantida no mantida no futuro. A economia tende cada vez mais a se internacionalizar, e precisaremos precisaremos estar presentes com produtos muito mais sofisticados e de melhor qualidade, qualidade, produzidos por uma mão de obra muito mais qualificada, para não nos marginalizarmos completamente em relação ao resto do mundo.

Isto torna ainda mais agudo um problema extremamente grave, que é o da incorporação à sociedade moderna dos milhões que continuam, até hoje, postos à margem do crescimento

econômico e da modernização do país. O Brasil é hoje um país com 70% de pessoas nos centros urbanos, com uma população rural cada vez mais rarefeita. A população que se aglomera nos subúrbios das grandes cidades precisa encontrar seu espaço adequado. Ela precisa adquirir os instrumentos básicos da cidadania no mundo de hoje - o uso da linguagem, a leitura e a escrita, o manejo dos números, as habilidades sociais mínimas - que lhes permitam obter empregos e participar, de alguma forma, da produção e do consumo da renda coletiva.

Além disto, há o desafio tecnológico. Como criar competência para acompanhar os novos desenvolvimentos científicos e tecnológicos, abrir espaço para nossas indústrias e serviços? Não se trata de reinventar o computador, a química moderna, os novos materiais. Mas se trata de adquirir a capacidade de escolher, fazer adaptações, achar sua competência específica, seu nicho em um todo muito mais amplo.

Se olharmos as estatísticas educacionais brasileiras, notaremos que o ensino superior se expandiu a taxas altíssimas entre os anos 60 e os anos 80, o mesmo valendo para a pós-graduação, que partiu praticamente do zero ao final da década de 60, sendo hoje o maior e mais desenvolvido sistema do continente. Mas a qualidade do ensino básico, neste meio tempo, permaneceu ruim, e até mesmo deteriorou. O ensino secundário era ruim, e continuou da mesma forma. Temos hoje um sistema universitário bastante razoável, ainda que com a qualidade concentrada em um número reduzido de instituições. Nosso principal problema, no entanto, é como levar a educação para a população inteira, de forma ampla, direta, rápida e eficiente.

Rumos - O Estado brasileiro tem condições de dar conta deste desafio?

Schwartzman - No momento, claramente não. E no entanto, muitos países o fizeram, e as tecnologias para isto estão disponíveis. Aliás, esta é uma questão sobre a qual sabemos pouco. Porque o Estado brasileiro é tão incompetente para educar sua população? E não se trata aqui do governo federal, mas dos Estados e Municípios, que são os responsáveis pelo ensino básico. O que é claro é que educar a população é algo muito mais complicado do que construir escolas ou distribuir merendas. O problema da incorporação dos setores marginalizados à economia moderna passa, certamente, pela questão educacional, mas é muito mais amplo do que isto.

Rumos - Encaminhar a questão educacional é, então, uma das condições básicas para que o país possa encontrar o seu caminho?

Schwartzman - Sim, pois do contrário corremos o risco, que já começa a se esboçar, de caminharmos para uma sociedade de tipo apartheid, dualista, com um país moderno e rico e outro subdesenvolvido e pobre, e uma barreira entre os dois. É uma situação na qual não gostaríamos de entrar.

Rumos - E sob o ponto de vista tecnológico, apesar das dificuldades, o Brasil avançou?

Schwartzman - Avançou bastante, mas há que ver em relação a quê. O Brasil avançou muito em relação ao que era vinte anos atrás, assim como em relação aos demais países latino-americanos. No entanto, a distância que nos separa dos países mais desenvolvidos não cessa de aumentar, porque neles o crescimento é muito mais rápido do que nossa capacidade em acompanhá-lo.

O Brasil tem hoje um sistema de pesquisa e pós-graduação bastante razoável, ainda que com altos e baixos. Muito do que existe de menor qualidade foi fruto de projetos bem intencionados mas mal concebidos, erros de concepção, dinheiro mal aplicado. O principal erro foi, muitas vezes, o de embarcar na fantasia de que certos problemas sociais, econômicos e de saúde pública poderiam ser resolvidos somente pela via mágica da tecnologia. Uma anedota que corre na área científica no Brasil é que, hoje, existe mais gente vivendo do que morrendo da doença de Chagas. Você vai ao governo, apresenta projetos de pesquisa sobre o tema, e o financiamento sai fácil. É claro que a doença de Chagas é um grande problema, mas ele depende principalmente da qualidade das residências das pessoas, que as protejam do barbeiro transmissor. Não há dúvida, por outro lado, que certas descobertas científicas e tecnológicas podem ter um grande impacto, como uma nova vacina, ou um novo tipo de semente. Estas tecnologias, no entanto, nunca atuam sozinhas, mas requerem todo um sistema de investimentos e organização social que as acompanhem.

Acho que houve entre nós, muitas vezes, uma certa deformação nos investimentos em ciência e tecnologia, um certo desprezo por aquilo que seria um entendimento mais profundo da própria ciência, uma formação mais básica das pessoas, em troca da fascinação pelos eventuais benefícios de soluções tecnológicas mais ou menos milagrosas. A idéia de que tudo tem que ter um resultado prático imediato acaba sendo a que menos resultados produz.

Um exemplo das dificuldades da questão tecnológica é o da política de informática. Creio que a idéia de que o país precisa de uma política de informática, que inclua a capacitação de nossas universidades e do setor industrial para o uso e a produção de equipamentos e programas de computação, está fora de discussão. No entanto, uma política completa deveria levar em conta uma série de aspectos: o que queremos, com que finalidade, em que quantidade, em quanto tempo, a que preço, e assim por diante. Houveram esforços neste sentido, mas o que resta hoje da política de informática é uma guerra perdida contra o contrabando de microcomputadores e software, e um parque produtivo nacional quase que exclusivamente limitado à produção de equipamentos em rápido processo de obsolescência. Deve-se dizer no entanto que, com todas suas dificuldades e limitações, a política de informática é um dos poucos exemplos que temos de uma tentativa audaciosa de combinar uma política tecnológica com uma política industrial, através do mecanismo da reserva de

mercado. O mecanismo pode ser discutível, e sua execução mais ainda, mas a intenção é inatacável.

Rumos - E não há condições de o Brasil modernizar-se e se inserir no contexto internacional sem lançar mão da tecnologia, não é?

Schwartzman Não há. Uma das principais vantagens comparativas que o Brasil ainda tem no mercado internacional, a mão de obra barata, está se tornando cada vez mais dispensável, porque a tendência inevitável é a automatização de tudo aquilo que depende de trabalho repetitivo e não qualificado.

Rumos - Como o senhor vê a nova política industrial recentemente lançada?

Schwartzman - Não conheço os detalhes desta política, que foi anunciada mais não chegou a ser implementada. O que o governo tratou de promover deste logo foi sua parte mais discutível, que é a da criação das Zonas Especiais de Exportação. Em todo caso, pareceria que a nova política tenderia a simplificar as exportações e importações e incentivar a pesquisa tecnológica nas empresas, objetivos sem dúvida louváveis. O desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras requer, além destes incentivos, a existência de um setor universitário forte, que possa produzir quadros técnicos para a indústria, e colaborar com ela em seus projetos tecnológicos mais avançados. Ele requer, também, uma abertura muito maior do que a que tem havido até agora à economia internacional, inclusive como parte do aprendizado sobre como se organizam e trabalham as empresas mais modernas e tecnologicamente mais avançadas em outros países.

Rumos - E qual o exato papel da universidade no desenvolvimento tecnológico brasileiro?

Schwartzman - São principalmente dois. Em primeiro lugar, na formação de pessoas. As empresas necessitam de gente capaz de absorver tecnologia, ler as publicações internacionais, visitar outros centros, conversar com técnicos e especialistas, fazer estágios no exterior, falar outras línguas, e só as universidades produzem pessoas com estas qualidades. Se não houver pessoas como estas, não se pode nem começar a falar em desenvolvimento tecnológico. A outra contribuição das universidades se dá quando a indústria recorre às universidades, principalmente na área de engenharia, para resolver problemas, providenciar adaptações, testar novos produtos, desenvolver novos processos, e assim por diante. Esta integração universidade-indústria é muito importante, mas enganam-se os que pensam que a universidade só deve fazer isto, em termos de pesquisa. Na realidade, elas têm uma função maior e insubstituível, que é a de acompanhar a fronteira do conhecimento, independentemente de suas aplicações imediatas, e formar seus alunos de maneira ampla e diversificada.

Rumos - A quem compete orientar os rumos do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil, aos políticos ou aos cientistas?

Schwartzman - Há hoje toda uma discussão, da qual tenho participado, a respeito de como organizar a área de ciência e tecnologia no país, a partir principalmente das reformas introduzidas pelo novo Ministro de Ciência e Tecnologia no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) às vésperas da promulgação da Constituição. Alguns argumentam que as questões de política científica devem ser decididas por cientistas, que por isto devem ter assento e poder de veto em todos os órgãos que tratam de ciência e tecnologia no país. Outros argumentam que políticas públicas devem ser estabelecidas pelo governo, e que aos cientistas não cabe mais do que um papel de consultor, quando solicitados. Não creio, de fato, que os cientistas devem ditar a política científica do país, cujos custos, e cujas consequências potenciais, transcendem em muito o âmbito das comunidades científicas. Por outra parte, quando se trata de questões como a distribuição de bolsas de estudo, apoio a programas de pós-graduação, instalação de novos centros de pesquisa, aprovação de projetos, etc., a presença majoritária de cientistas é essencial, para impedir que, no melhor dos casos, sejam feitos grandes equívocos, ou, no pior, que os recursos de pesquisa passem a ser distribuídos por critérios de conveniência política, eleitoral e pessoal.

Rumos - Como o Brasil, ainda às voltas com problemas tão chocantemente primários, vai poder dar seu salto científico e tecnológico?

Schwartzman - Não sei. Vamos ter que conviver ainda por muitos anos com um país cheio de contradições. Há um trabalho muito grande pela frente, mas não há como primeiro arrumar a casa completamente para só então começar a se mexer. Contradições, aliás, não são privilégio nosso. Os Estados Unidos combinam um desenvolvimento tecnológico e industrial fantástico com problemas aparentemente insolúveis de miséria e deterioro urbano. Os países socialistas estão se confrontando hoje com problemas de eficiência e desperdício de recursos públicos da maior seriedade. A gente vai ter que conviver com isto, sem deixar os problemas de lado, mas tendo consciência de sua dificuldade. Uma sociedade como a nossa vai ter sempre setores mais e menos modernos, mais e menos eficientes, mais e menos incorporados aos benefícios do mundo moderno. Teremos problemas que conseguiremos resolver, e outros mal conseguiremos equacionar. O mais importante é nos assegurarmos de que há uma tendência no sentido positivo, com a economia se desenvolvendo, e a sociedade se organizando melhor. Com todas nossas dificuldades, sabemos bastante sobre o que passa na economia, e temos gente bastante competente para lidar com estas questões. Em outras áreas, como a da educação, estamos apenas engatinhando. A discussão sobre saúde pública é antiga, mas necessita ser repensada à luz da nova realidade do predomínio da medicina curativa. Outro tema sobre o qual sabemos pouquíssimo é que diz respeito à problemática dos grandes conglomerados urbanos, as megalópoles. São problemas de grandes proporções, que mal começaram a ser equacionados.